

Ata de Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

Data: 22 de setembro de 2021.

1 Aos vinte e dois dias do mês de setembro de 2021, em decorrência da pandemia ocasionada pelo novo corona
2 vírus – COVID 19, e a impossibilidade temporária de realização de reuniões presenciais, foi realizada reunião
3 ordinária deste Conselho de Assistência Social por meio de videoconferência, utilizando a plataforma
4 google.meet. Participaram da presente reunião os seguintes conselheiros e conselheiras: Solange Aparecida
5 de Oliveira, Adriana Aparecida dos Santos, Gisele de Cássia Tavares, Adriana da Cruz Barrozo, Luis Alberto
6 Maccagnan, Juliana Gonçalves Catarino, Ligia Fukahori, Marcílio Ronaldo Garcia, Rosely Sonoda Gomes,
7 Ivana Paula Furlan Rodolpho, Martinha Clarete Dutra, Fernanda Senerário, Cristiane Sola Rogério, Thiago
8 de Paula Espinosa Gouveia, Valkiria Pereira de Almeida, Juliana de Meira, Marcia Gonçalves Valim Paiva,
9 Carlos Alberto de Souza e Silva, Diego Oliveira de Lima, Glaziane Leonor Martins da Silva, Thaís Ayres da
10 Silva, Aparecida de Fátima G. Lemos, Vitor Hugo de Oliveira Paiva, Adenilton Rosa de Oliveira, Deusa
11 Gisely Teixeira Rodrigues Favero, Rubens Antônio Bonafini, Evelyn Secco Faquin, Valmirete Alves da
12 Silva, Carlos da Silva, Ednéia Pereira Araujo, Suelvya Andlieza Palasson de Oliveira. Também estiveram
13 presentes os seguintes participantes: Adriana Perri, Sara Alexius, Kleber Francisco Maricato, Maria Eduarda
14 Americo Alexandre, Michele Medeiros, Letícia Lupion Ramos, Andressa Peterlini, Valdinéia Bastos,
15 Elisangela Cardoso, Haglae Maria Gonze Silva, Janaína Arruda Messias. Transcorrido o tempo para a
16 segunda convocação, a Vice-Presidente Adriana Aparecida dos Santos, deu início à reunião às 13h45.
17 Saudando os presentes, submeteu a seguinte pauta à deliberação da plenária: 1- Apresentação e aprovação
18 da pauta; 2- Aprovação de ATA do dia 25/08/2021; 3- Composição das Comissões de Trabalho; 4- Eleição
19 Complementar; 5- Audiência Pública; 6-Discussão sobre Horário das Reuniões Ordinárias; 7- Encerramento
20 das Atividades do “Acolhimento Emergencial Casa Covid-19”; 8- Relatos: Participação de Reunião da
21 Comissão de Seguridade Social da Câmara Municipal de Londrina; 09- Informes, sendo a pauta aprovada
22 sem alterações, passou-se para o ponto 2, que se refere à aprovação da Ata da reunião do dia 25/08/2021, na
23 ocasião vários conselheiros solicitaram que fosse feita a leitura da Ata, Gisele comenta que nas gestões
24 passadas não era realizada a leitura da Ata na plenária, uma vez que a mesma era enviada com antecedência.
25 Márcia Paiva sugere que seja realizada a leitura somente nesta reunião, e que nas próximas, seja adotado o
26 processo já usado nas gestões anteriores, ou seja, a Ata será enviada por e-mail a todos os conselheiros com
27 antecedência, os mesmos farão a leitura prévia apontando correções que porventura se mostrem necessárias,
28 por e-mail à secretaria executiva. Deusa esclarece que a leitura prévia torna o processo de aprovação da ata
29 mais rápido, sendo apresentado na reunião somente sugestões de possíveis correções. Gisele então passa a
30 ler a ATA na íntegra. A Ata foi aprovada com as indicações de inserção dos nomes cuja presença foi sendo
31 mencionada e das correções de redação identificadas como necessárias durante a leitura. Adriana passa a
32 condução da reunião para a Presidente Valmirete, que na sequência passa a relatar acerca o ponto 3- da pauta,
33 que trata da composição das comissões de trabalho. Selma, Secretária Executiva do Conselho, projetou uma
34 relação de todas as comissões, suas respectivas atribuições e os nomes dos conselheiros que às compunham,
35 explicou que no momento é necessário a recomposição apenas da Comissão de Eleição Complementar.
36 Valmirete parabenizou a disponibilidade dos conselheiros em participarem das comissões e disponibilizou
37 um tempo para que os conselheiros se manifestem se por ventura gostariam de participar de mais alguma
38 comissão. Adriana Perri, se dispõe a participar como colaboradora na Comissão de Fundo, o conselheiro
39 Adenilton pede para fazer parte também da Comissão de Acompanhamento das Deliberações da Conferência
40 Municipal de Assistência Social, o conselheiro Carlos Silva se propõe a compor a Comissão de Eleição
41 Complementar. Valmirete observa que falta a participação de conselheiros governamentais, Gisele pede um
42 maior tempo para que os conselheiros governamentais se organizem e também indiquem membros para
43 compor a comissão de eleição complementar, e quanto à Comissão de Acompanhamento das Deliberações

Ata de Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

44 da Conferência Municipal de Assistência Social, Gisele fala da importância da participação de toda a Mesa
45 Diretora do CMAS nessa comissão, Adriana Santos informa que será realizado um levantamento quanto à
46 participação dos conselheiros governamentais, para que ao fim sejam indicados para as comissões que se
47 façam necessárias. Houve concordância da plenária. Valmirete passa então para o ponto 4- Eleição
48 complementar. Selma explica que a eleição complementar se faz necessária pois há vacância no segmento
49 dos representantes dos trabalhadores (2 vagas – titular e suplência), relembra que o prazo para conclusão do
50 processo da eleição complementar gira em torno de 60 (sessenta) dias, e faz a leitura da minuta do Edital nº
51 008/2021 de Eleição Complementar. Feita a leitura, a conselheira Gisele sugere alteração da minuta e pede
52 para que não seja exigido ofício de entidade apresentando/encaminhando o candidato, mas sim um
53 documento comprobatório de vínculo com a política de assistência social e que esse comprovante possa ser
54 apresentado inclusive pelo próprio candidato. O edital foi aprovado com as alterações sugeridas. Selma
55 explica que a partir de agora, a comissão de eleição complementar deve assumir os trabalhos com observância
56 dos prazos fixados no presente edital. Valmirete passa a explicar acerca do ponto 5-Audiência Pública,
57 relatando da importância em se compor uma comissão de organização da Audiência Pública, os temas e a
58 data para sua realização, enfatiza que é preciso que a audiência ocorra ainda no ano de 2021 e propõe como
59 data da última reunião ordinária do mês de novembro de 2021. A conselheira Gisele, explica o que é a
60 Audiência Pública, seus objetivos e os fluxos e quais os processos necessários para a realização de uma
61 audiência pública, relata ainda a preocupação com o curto espaço de tempo até a data sugerida para sua
62 realização da audiência, nesse sentido, sugere que a mesma fosse planejada para o primeiro quadrimestre do
63 ano de 2022, e que no ano de 2021 fosse realizada uma reunião ampliada sobre o tema, onde poderia ser
64 apresentado um balanço geral, um resumo acerca dos avanços, dificuldades no ano de 2021, e as metas e
65 objetivos para o ano de 2022. Houve concordância entre os conselheiros sendo definida então uma reunião
66 ampliada para o dia 24/11/2021, cujo os temas e programação serão trazidos na próxima reunião ordinária
67 do CMAS, e a realização da audiência em 2022. Encerrado esse ponto, Valmirete inicia o ponto de pauta 6-
68 Discussão sobre Horário das Reuniões Ordinárias, já com a palavra, a Presidente passa a relatar quanto sua
69 dificuldade em estar online no início das reuniões ordinárias devido seu horário de trabalho, sugere que fosse
70 pensado sobre a possibilidade de alteração do horário das reuniões do CMAS. A conselheira Marcia Valim,
71 propõe a alteração do horário de início da reunião passando a primeira convocação para às 13h45min e a
72 segunda convocação às 14h00. Diante dessa proposta, surgiu a preocupação quanto ao horário do término da
73 reunião, que poderia ultrapassar o horário de funcionamento das unidades da rede de atendimento (CRAS,
74 CREAS, SCFV, etc) locais utilizados pelos usuários da política que não dispõem de internet e/ou
75 equipamentos em casa, dependendo da rede de atendimento para participação nas reuniões do CMAS de
76 forma online. Márcia sugere então manter o horário e inverter a ordem da pauta, trazendo como primeiros
77 pontos de pauta a aprovação de atas e informes. A proposta foi aprovada, condicionada à avaliação da
78 efetividade desse procedimento nas próximas reuniões. Valmirete, passa a palavra para a representante da
79 SMAS Sara Alexius, que inicia o ponto de pauta 7- Encerramento das Atividades do “Acolhimento
80 Emergencial Casa Covid-19. Sara informou que inicialmente a proposta contemplava o funcionamento do
81 serviço de acolhimento para pessoas em situação de rua acometidas pela Covid-19, por 03 meses, contudo,
82 devido às circunstâncias a mesma esteve em funcionamento por 07 meses, com repasses mensais no valor de
83 até R\$ 35.139,00. Sara relata que foi uma ação inédita no Brasil, e que cumpriu com os objetivos propostos,
84 porém, explica que nos últimos meses a casa esteve com apenas 01 pessoa acolhida, enfatiza que o número
85 de evasões tem sido alto, tanto que a casa ficou, por vezes, vazia. Assim, considerando o interesse público
86 no bom uso de recursos públicos de forma responsável, dentro dos princípios da administração pública,
87 especialmente da eficiência, e, diante do alto custo para manter a unidade, bem como, as demais demandas
88 urgentes e prioritárias, a DPSE considerou a finalização desse serviço, sendo as atividades encerradas no dia

Ata de Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

89 15 de setembro de 2021. Segundo Sara, nesta data não haviam acolhidos na casa. Juliana Catarino lembrou
90 que a casa foi criada em um momento em que a Secretaria de Saúde precisava de um apoio urgente, e que
91 agora o cenário é diferente. O conselheiro André, informa que teve conhecimento de ao menos 09 casos
92 confirmados na última semana, e que dois deles ainda estão em atendimento pela UPA de referência.
93 Adenilton, conselheiro e assistente social do serviço de acolhimento, comenta que encaminhou casos para a
94 UPA e que a UPA encaminhava para a Casa Covid. Ressalta que o suporte da UPA tem sido muito bom.
95 Sara comenta que a DPSE realizou estudos quanto a viabilidade da continuidade desse acolhimento, porém
96 diante da ausência de cenário mais favorável relacionado aos recursos financeiros disponíveis na assistência
97 social, e urgência em atender demandas na área da infância, as tratativas seguiram-se para o encerramento
98 das atividades dessa unidade. Volta-se ao fluxo anterior à criação da casa, que é o atendimento integral pela
99 política de saúde. Encerrada as discussões, Valmirete convida as conselheiras Adriana Santos e Deusa para
100 iniciarem os relatos relacionados ao ponto de pauta 8- Relatos: Participação na Reunião da Comissão de
101 Seguridade Social da Câmara Municipal de Londrina, considerando a participação das mesmas na referida
102 reunião. Deusa explica que a reunião aconteceu no dia 15/09/2021 de forma online, capitaneada pela
103 Comissão de Seguridade Social da Câmara Municipal de Londrina, e contou com a participação de um
104 membro do INSS. Teve como temática o atendimento do INSS e as dificuldades na pandemia. Adriana
105 complementa que entre os assuntos debatidos na reunião, fora citado o fato de que o INSS tem usado da
106 tecnologia como forma de ampliar o acesso, contudo, há avaliação de que o processo não tem surtido o efeito
107 necessário. Discutiu-se ainda, a situação de suspensão dos atendimentos presenciais nas unidades do INSS
108 por conta da pandemia, inclusive para informações, o que estaria inviabilizado o acesso da população,
109 sobretudo os mais pobres, que não têm acesso à tecnologia disponibilizada pelo INSS. A Secretária
110 Jacqueline comentou quanto ao que ocorre em outros municípios, que têm assumido atribuições do INSS,
111 argumenta que essa não seria a melhor opção para o município de Londrina, tendo em vista os aspectos
112 negativos trazidos com a avocação de atribuições de outras esferas, como a sobrecarga de trabalho dos
113 técnicos do Município por exemplo, que pode acabar por tolher ações exclusivas do âmbito municipal. Por
114 fim, Adriana relata que em que pese todo o empenho do representante do INSS em trazer as justificativas e
115 relatar os problemas também enfrentados pelas equipes de atendimento do INSS em decorrência da exposição
116 dos mesmos aos riscos trazidos com a pandemia, a Comissão de Seguridade Social da Câmara Municipal de
117 Londrina propôs a criação de uma subcomissão, no âmbito da própria CML, para debater esse assunto e
118 discutir encaminhamentos cabíveis, inclusive com a possibilidade de acionamento do Ministério Público
119 Federal. Valmirete passa para o ponto de pauta 9-Informes, e já expõe para o conhecimento e discussão do
120 CMAS, uma situação ocorrida na plenária da Câmara Municipal de Londrina do dia 18/09/2021, onde durante
121 a votação do PL 76/2021, que cria o 29º Conselho Municipal de Londrina, no caso o Conselho de Direitos
122 da População LGBT, o vereador Giovani Mattos ao se manifestar contrário ao referido projeto de lei, dirigiu-
123 se de forma desrespeitosa a todos os demais conselhos já constituídos no Município de Londrina, Valmirete
124 sugere que seja elaborada pelo CMAS uma moção de repúdio contra a fala depreciativa do Vereador em
125 desfavor de todos os conselhos. Gisele contesta a fala do Vereador e explica que os Conselhos são úteis para
126 a sociedade, cumprem o controle social e representam uma democracia participativa. Thaís Ayres sugere que
127 o CMAS tome duas providências, convidar o vereador para que venha até uma reunião responder diretamente
128 na plenária e que o CMAS se posicione publicamente através de nota de repúdio. Vitor Paiva pondera que
129 repudiar publicamente sem uma análise prévia da fala do vereador e de todo o contexto, é arriscado e se
130 abstém de votar. Adriana Barroso, se posiciona favorável à manifestação coletiva e diz que é preciso buscar
131 o esclarecimento público sobre a atuação dos conselhos, pois percebe muitas manifestações de entidades que
132 desconhecem os conselhos existentes no município. Adriana Santos avalia a necessidade de uma discussão
133 com as bases sobre os temas que hoje chegam distorcidos à população. Aberta a votação pela manifestação



Conselho Municipal de Assistência Social

Avenida Juscelino Kubitscheck, 2896 – Jardim Larsen
CEP: 86.010-230 – Londrina – PR
(43) 3378-0008 – e-mail: cmaslondrina@gmail.com

Ata de Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

134 pública de repúdio pelo CMAS ou não, a maioria vota favorável à manifestação pública de repúdio.
135 Continuando com os informes, Selma comunica que o CEAS – Conselho Estadual de Assistência Social
136 ampliou inscrição para a Conferência Estadual de Assistência Social, com a possibilidade de participação de
137 entidades e mais um representante Gov. Adriana Santos relata que se iniciou nessa semana, no âmbito da
138 Secretaria Municipal de Assistência Social, um piloto de agendamento eletrônico do Cadastro Único, explica
139 que foram disponibilizadas 219 vagas de agendamento, caminhando em paralelo com outros formatos de
140 agendamento já utilizados. Cumprida a pauta e nada mais havendo a tratar, Valmirete agradeceu a todos
141 os conselheiros e finalizou a reunião às 17 horas e 12 minutos. Eu Aurélio Caetano da Silva, da
142 secretaria executiva deste conselho, lavrei a presente ata, que deverá ser submetida à aprovação
143 plenária.